

---

## OS ALUNOS DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO EM PORTUGAL CONTINENTAL (2011/12 a 2016/17): TAXAS DE APROVAÇÃO

---

**Teresa Seabra e Ana Filipa Cândido**

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL),  
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal

**ESTUDO | janeiro de 2020**

IMIGRAÇÃO E TRAJETÓRIAS ESCOLARES

---

**Como citar** Teresa Seabra e Ana Filipa Cândido (2019), "Os alunos de nacionalidade estrangeira nos ensinos básico e secundário em Portugal Continental (2011/12 a 2016/17): taxas de aprovação", Observatório das Desigualdades, ISCTE-IUL. CIES-IUL.

## Índice

Taxas de aprovação nos diferentes níveis de ensino	2
Ensino Básico	3
Ensino Secundário	11
Taxas de aprovação por modalidades de ensino	14
Em conclusão	22
Referências bibliográficas	23

## Taxas de aprovação nos diferentes níveis de ensino

O estudo - *os alunos de nacionalidade estrangeira nos ensinos básico e secundário em Portugal Continental (2011/12 a 2016/17): matrículas e modalidades de ensino* (Cândido e Seabra, 2019) - possibilitou um discernimento inicial sobre a composição e a representação do grupo de alunos de nacionalidade estrangeira por nível de ensino e por modalidade de ensino. Adjacente esteve a análise da igualdade de oportunidades no acesso aos diferentes níveis e modalidades de ensino. Contudo, a igualdade de oportunidades não se restringe ao acesso, devendo, pois, ser examinada a vários níveis, nomeadamente, em termos de acesso, acolhimento e resultados (Seabra et al., 2018: 301). Esta última dimensão é crucial para compreender e avaliar a igualdade de oportunidades, na medida em que se espera que diferentes grupos, definidos pela classe social, género, nacionalidade, ou qualquer outra característica designada, alcancem semelhantes taxas de sucesso. Neste sentido, explorar o desempenho escolar torna-se uma estratégia incontornável para compreender a igualdade de oportunidades proporcionada pelo sistema de ensino.

Neste sentido, aprofundar-se-á o conhecimento sobre a igualdade de resultados nos ensinos básico e secundário através da análise das taxas de aprovação dos alunos de diferentes nacionalidades, tendo por base dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência (DGEEC) referentes ao número de transições nos anos letivos em análise: 2011/12 a 2016/17, por nacionalidade e por nível de escolaridade.<sup>1</sup> É importante complementar a análise destes dados com os tratados e apresentados no estudo supramencionado, visto serem enquadradores e permitirem construir uma imagem mais completa dos alunos de nacionalidade estrangeira (sua distribuição e representação) nos ensinos básico e secundário em Portugal Continental.

---

<sup>1</sup>Os dados reportam-se à nacionalidade do aluno e incluem todos os alunos que frequentam o ensino destinado a crianças e jovens (escolaridade básica e secundária) do ensino público e privado do continente.

## Ensino Básico

O Quadro 1 apresenta a evolução das **taxas de aprovação no ensino básico**,<sup>2</sup> por nacionalidade (as mais representadas), em Portugal Continental, entre os anos letivos de 2011/12 e 2016/17.<sup>3</sup> No conjunto de todos os alunos, observa-se que a taxa de aprovação no ensino básico evoluiu no sentido positivo, crescendo cerca de +6,3% no período indicado. A análise das taxas de aprovação dos alunos de nacionalidade portuguesa e estrangeira indica que (i) o primeiro grupo de alunos teve sempre taxas superiores e que (ii) ambos os grupos seguiram a mesma tendência geral, registando, respetivamente, taxas de variação positiva de +6,2% e +6,1%. Todavia, excecionalmente, a taxa de aprovação dos alunos estrangeiros diminuiu 1,5 pontos percentuais (p.p.) de 2011/12 para 2012/12, ano letivo em que estiveram vigentes, pela 1ª vez, os exames nacionais tanto no 4º como no 6º ano de escolaridade. Nos anos subsequentes a 2012/13 o desempenho escolar dos alunos estrangeiros evoluiu de forma mais expressiva do que o dos seus pares nacionais. Apesar disto, no final do período em análise, a distância percentual entre as taxas de aprovação dos alunos nacionais e estrangeiros era ligeiramente superior à verificada no início: de 7 p.p. para 7,6 p.p., sendo que esta distância registou o valor mais elevado precisamente no ano letivo suprarreferido de 2012/13, onde a diferença percentual no desempenho dos dois grupos atingiu um valor de 9,6.

---

<sup>2</sup> O ensino básico português reporta-se aos primeiros 9 anos de escolaridade e divide-se em 3 ciclos diferenciados: o primeiro ciclo (1ªCEB) tem 4 anos; o 2º ciclo (2ªCEB) tem 2 anos e o 3º ciclo (3ªCEB) tem 3 anos de escolaridade.

<sup>3</sup> As nacionalidades selecionadas correspondem às que registam um número mínimo de 400 alunos matriculados em, pelo menos, um dos anos letivos. No que se refere às diferentes modalidades de ensino, as nacionalidades selecionadas correspondem às que registam um número mínimo de 100 alunos matriculados em cada um dos níveis de escolaridade em análise, em, pelo menos, um dos anos letivos.

**Quadro 2** Evolução das taxas de aprovação no **ensino básico** por nacionalidade (as mais representadas), em Portugal Continental (2011/12 – 2016/17)

Nacionalidades	taxas de aprovação					
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Total	88,5	89,5	89,8	91,7	93,3	94,1
Portugal	88,8	89,9	90,2	92,0	93,5	94,4
Países estrangeiros	81,8	80,3	80,9	83,4	86,1	86,8
Cabo Verde	71,9	70,3	71,3	74,8	78,9	79,7
Angola	76,8	74,5	75,8	79,3	81,3	84,5
Guiné-Bissau	75,4	74,6	73,9	75,4	81,2	79,7
São Tomé e Príncipe	76,0	74,3	74,3	77,3	82,2	82,9
Moçambique	82,5	79,3	83,6	86,5	85,8	85,6
Brasil	80,1	79,4	78,9	82,5	84,0	84,6
Ucrânia	88,2	87,9	89,0	88,7	91,3	93,0
Roménia	84,7	81,5	82,4	83,7	87,1	86,7
França	90,8	88,2	90,1	92,3	92,9	94,5
Moldávia	91,5	90,0	90,6	92,3	93,0	94,7
Espanha	92,2	91,1	89,7	90,9	93,2	94,0
Reino Unido	89,2	87,2	87,6	90,0	91,1	93,6
Alemanha	91,5	89,0	90,6	91,4	93,7	93,1
Bulgária	79,0	78,2	75,9	79,8	81,1	82,3
Holanda	93,8	87,8	92,3	89,6	90,8	90,1
Suíça	90,5	91,7	91,3	90,9	95,5	95,1
Índia	65,5	62,2	66,8	67,9	75,1	78,5
China	84,0	83,2	85,8	90,3	86,7	94,3
Estados Unidos da América	92,4	92,3	91,9	91,4	94,8	95,0
Rússia	89,8	88,7	93,6	89,9	93,7	95,4

**Fonte:** DGEEC/ME (apuramentos pelo Observatório das Desigualdades)

Examinando detalhadamente o universo das nacionalidades estrangeiras constata-se que: (1) As nacionalidades cujos alunos tiveram resultados mais sustentadamente acima dos colegas nacionais foram os nacionais da Suíça e dos Estados Unidos. Em situação oposta estiveram os alunos nacionais da Índia e de Cabo Verde; (2) Todas as nacionalidades, à exceção da holandesa, registaram uma melhoria das suas taxas de aprovação entre os anos letivos de 2011/12 e 2016/17 e, em consonância com o diagnosticado para o conjunto dos alunos de nacionalidade estrangeira, observa-se um decréscimo das taxas de aprovação no ano letivo de 2012/13 (excetuando os nacionais e os alunos nacionais da Suíça), seguido de um crescimento nos anos letivos posteriores.

De modo a compararmos de forma mais clara o desempenho dos alunos ao longo do tempo foram construídos *clusters* com a média das taxas de aprovação nos últimos três anos letivos de cada nacionalidade. A maioria dos países europeus apresentou as taxas de variação mais pequenas pelo facto de registarem taxas de aprovação relativamente elevadas e superiores aos

restantes países. Por exemplo, no período temporal em análise, as taxas de variação destas nacionalidades foram as seguintes: Alemanha (+1,8%), Espanha (+1,9%), Moldávia (+3,5%), França (+4,0%), Reino Unido (+4,9%), Suíça (+5,1%) e Ucrânia (+5,4%). Estes países registaram no último ano letivo taxas de aprovação superiores a 90% e, portanto, mais próximas da taxa de aprovação dos alunos de nacionalidade portuguesa, o que justifica a sua aglomeração no grupo 1 dos *clusters* (ver infra).

Evidencia-se ainda que existem outros países europeus que não integram este primeiro grupo pelo facto de apresentarem um desempenho escolar um pouco abaixo da média dos listados: é o caso dos alunos de nacionalidades romena e búlgara. Estes integram o *cluster* 2 e partilham taxas de aprovação semelhantes às das nacionalidades pertencentes aos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), nomeadamente, Brasil, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. As taxas de variação dos países da CPLP foram mais elevadas do que a dos países do *cluster* 1: Brasil (+5,6%), Guiné-Bissau (5,7%), São Tomé e Príncipe (+9,1), Angola (+10,0%) e Cabo Verde (+10,9%). Isto significa que os alunos nacionais destes países melhoraram o seu desempenho escolar, apesar de continuarem a obter resultados que os colocam nos grupos de países com menor êxito escolar: os *clusters* 2 e 3 (com  $\mu$ , respetivamente, de 83,84% e 76,80%). O primeiro integra o Brasil, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe e o segundo agrega os alunos nacionais de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Índia.

Entre as nacionalidades que evidenciaram uma variação positiva da taxa de aprovação no período temporal em análise, destacam-se a chinesa e a indiana com as variações mais elevadas, respetivamente, +12,2% e +19,8%, apresentando, em 2016/17, taxas de aprovação com os respetivos valores: 94,3 e 78,5%. Os alunos de nacionalidade indiana são simultaneamente os que mais melhoraram o desempenho e os que têm um desempenho escolar mais fraco no grupo das nacionalidades estrangeiras durante o período temporal considerado. Este facto é também observável quando discriminadas as taxas de aprovação por nacionalidade em cada ciclo. Esta situação dos alunos de nacionalidade indiana contrasta com a realidade de anos letivos anteriores (entre 1994/95 e 2003/04), de acordo com Seabra (2010:118).<sup>4</sup> Será que estamos perante uma nova geração de alunos de nacionalidade indiana que, possivelmente, possuem diferentes características sociais, nomeadamente, a vinda diretamente da Índia, sem passagem por Moçambique, como era o caso dos alunos de origem indiana analisados anteriormente?

---

<sup>4</sup> Aliás, a autora ao procurar conhecer o desempenho escolar das crianças e jovens descendentes de imigrantes optou por duas origens nacionais que se distinguem pelos seus resultados escolares e condições socioculturais, nomeadamente os alunos com ascendência cabo-verdiana e indiana, os primeiros marcados por um desempenho escolar relativamente fraco e os segundos pelo facto de obterem um melhor desempenho escolar, inclusive face aos alunos nacionais (Seabra, 2010).

Neste quadro, seria interessante explorar, futuramente, este fenómeno do agravamento do desempenho escolar dos indianos comparando os diferentes fluxos migratórios.

**Figura 1.** Nacionalidades em *clusters* de acordo com a média das taxas de aprovação nos anos letivos 2014/15, 2015/16 e 2016/17 no ensino básico, em Portugal Continental



#### *Por ciclos do Ensino Básico*

Detalhando por ciclos, verifica-se que tanto os alunos de nacionalidade portuguesa como de nacionalidade estrangeira apresentaram um aumento das taxas de aprovação em todos os ciclos, sendo a taxa de variação tendencialmente maior quanto mais elevado é o ciclo de estudos, com exceção dos alunos de nacionalidade estrangeira que apresentam uma taxa de variação positiva maior no 2ºCEB do que no 3ºCEB. Evidenciam-se ainda dois aspetos: (1) As taxas de aprovação dos alunos nacionais e estrangeiros diminuem à medida que progridem na escolaridade. Ainda assim, o desempenho escolar dos alunos melhorou bastante ao longo dos anos, estando-se perante taxas de aprovação cada vez mais semelhantes entre ciclos; (2) as taxas de aprovação dos estudantes de nacionalidade estrangeira são inferiores às dos seus pares nacionais em todos os ciclos, sendo a distância entre as taxas de aprovação dos alunos nacionais e estrangeiros tanto maior quanto mais elevado é o ciclo de escolaridade – em 2016/17 era de 4,4 p.p. no 1ºCEB, 7,7 p.p. no 2ºCEB e 10,3 p.p. no 3ºCEB –, o que revela uma diminuição da igualdade de oportunidades nos níveis de ensino mais elevados.

A **taxa de aprovação no 1ºCEB** (quadro 3), como supramencionado, manifestou uma evolução positiva no período em análise, tendo esta sido um pouco mais expressiva no caso dos alunos estrangeiros (+1,7% e +1,3%, no caso dos nacionais). Ambos os grupos apresentaram também uma pequena diminuição das taxas de aprovação nos anos letivos de 2012/13 e 2013/14, com um concomitante aumento da distância percentual entre os dois grupos de alunos

em análise: em 2011/12 era de 3,6 p.p., sobe até 5,8 p.p. em 2013/14 e diminui a partir deste ano letivo.

De entre os alunos de nacionalidade estrangeira, verifica-se que (i) tendencialmente as taxas de aprovação mais baixas são as dos alunos com nacionalidade cabo-verdiana e indiana e que (ii) todas as nacionalidades registaram uma diminuição das suas taxas de aprovação nos anos letivos de 2012/13 e 2013/14, com exceção da moçambicana, da espanhola e da suíça, existindo algumas que prolongaram essa diminuição ainda para o ano letivo de 2014/15, como a guineense e a francesa. A redução das taxas de aprovação nos anos letivos de 2012/13 e 2013/14 pode estar relacionada com a introdução das provas finais de ciclo no 4ºano, as quais foram realizadas pela primeira vez em maio de 2013.<sup>5</sup> Nos anos subsequentes, a aprovação voltou a aumentar.

A maioria das nacionalidades apresentou taxas de variação positivas, isto é, obtiveram, em 2016/17, taxas de aprovação mais elevadas do que em 2011/12. As únicas que agravaram significativamente o seu desempenho escolar foram a romena e a holandesa, com taxas de variação associadas de, respetivamente, -2,7% e -3,1%. Os alunos de nacionalidade romena foram os únicos deste grupo que apresentaram uma taxa de aprovação significativamente inferior e mais símil às das nacionalidades que apresentavam um desempenho escolar relativamente mais fraco em 2016/17, como as nacionalidades indiana (87,8%) e búlgara (87,1%). Embora os alunos indianos registem uma taxa de aprovação cerca de 9 p.p. inferior à dos alunos nacionais, estes foram os que vivenciaram uma melhoria mais acentuada do seu desempenho escolar, subindo de 74,2% em 2011/12 para os 87,8% em 2016/17, ou seja, uma variação percentual de 18,3%. Por sua vez, outros alunos com nacionalidade de países tendencialmente com baixas taxas de aprovação, como é o caso dos nacionais de Cabo Verde e da Guiné-Bissau registaram taxas de variação positivas, de +7,6% e de +4,2%, respetivamente.

Releva-se que os alunos de nacionalidade angolana foram uma das três nacionalidades não afetadas pela introdução dos exames, pois, entre 2011/12 a 2014/15, registaram um aumento progressivo da sua taxa de aprovação, a qual decresceu 2,9 p.p. entre 2014/15 e 2015/16, mas subiu no ano seguinte 3,4 p.p.. É ainda importante frisar que os alunos nacionais dos PALOP, apesar de obterem resultados geralmente inferiores aos colegas com outras nacionalidades, superaram em 2016/17 a taxa de aprovação dos alunos de nacionalidade búlgara e romena.

---

<sup>5</sup> Regulamentação das provas finais de ciclo no 4ºano (Despacho nº4 24-A/2012, 6 de dezembro).



**Quadro 3** Evolução das taxas de aprovação no 1ºCEB, por nacionalidade (as mais representadas), em Portugal Continental (2011/12-2016/17)

Nacionalidades	taxas de aprovação (percentagem)					
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
Total	95,9	95,4	95,2	96,0	96,4	97,1
Portugal	96,0	95,6	95,4	96,2	96,6	97,3
Países estrangeiros	91,4	90,0	89,6	90,7	92,1	92,9
Cabo Verde	84,1	84,0	80,8	85,9	87,2	90,5
Angola	88,2	88,8	89,1	90,6	87,7	91,1
Guiné-Bissau	85,6	84,4	84,2	80,9	87,9	89,2
São Tomé e Príncipe	87,5	84,7	85,1	86,9	88,3	89,9
Moçambique	-	-	-	-	-	-
Brasil	92,9	91,6	90,2	92,2	92,0	92,2
Ucrânia	96,0	95,6	95,9	95,2	95,7	96,7
Roménia	90,3	86,0	86,9	88,3	88,7	87,9
França	95,0	95,8	94,9	94,8	95,2	96,5
Moldávia	97,2	93,2	96,0	95,7	96,9	98,9
Espanha	95,2	95,9	93,7	93,1	95,4	95,5
Reino Unido	93,1	90,7	91,6	93,9	94,5	94,2
Alemanha	97,2	93,3	95,2	95,5	98,4	96,9
Bulgária	84,3	84,1	78,2	85,2	83,8	87,1
Holanda	95,5	94,1	92,9	94,1	95,5	92,5
Suíça	95,4	97,7	-	-	-	-
Índia	74,2	73,7	84,1	74,8	87,8	87,8
China	95,0	93,7	95,3	96,4	97,2	97,2
Estados Unidos da América	97,6	94,1	95,6	94,1	97,6	96,8
Rússia	96,9	95,5	95,7	95,5	96,9	99,2

Fonte: DGEEC/ME (apuramentos pelo Observatório das Desigualdades)

A taxa de aprovação no 2ºCEB (quadro 4) manifestou também uma evolução positiva, tendo aumentado, entre 2011/12 e 2016/17, +5,6%. As taxas de aprovação dos alunos de nacionalidade portuguesa e estrangeira seguem a mesma tendência de crescimento, embora no caso destes últimos a taxa de variação tenha sido superior à dos alunos nacionais, respetivamente, +7,5% e +5,4. A distância entre as taxas de aprovação dos dois grupos decresceu ao longo do período em análise, sendo de 8,9 p.p. no início e 7,7 p.p. no último ano, mas, mais uma vez, se destaca o ano letivo de 2012/13 pelo agravamento da clivagem entre os resultados dos dois grupos de alunos que atinge o valor máximo de 10,5 p.p. e por ter ocorrido uma baixa generalizada das taxas de aprovação. Também neste caso se poderá associar este decréscimo à introdução das provas finais de ciclo no 6º ano, as quais foram realizadas pela primeira vez em junho de 2012.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Regulamentação das provas finais de ciclo no 6º ano (DL nº 139, 5 de julho de 2012).

Entre as nacionalidades estrangeiras, constata-se que (i) tendencialmente os alunos nacionais da Moldávia e da França, seguidos pelos colegas nacionais do Reino Unido, apresentaram as taxas de transição mais elevadas, igualando ou superando as verificadas nos colegas nacionais; (ii) a maior taxa de variação foi observada nos alunos de nacionalidade chinesa - +14,1%, obtendo, em 2016/17, uma taxa de aprovação de 95,4 pontos percentuais, também superior à dos alunos nacionais; (iii) contrariamente, as nacionalidades estrangeiras com pior desempenho escolar foram a búlgara, a guineense e a cabo-verdiana; (iv) os alunos nacionais dos PALOP destacam-se pela melhoria nos seus resultados ao longo do período em estudo, nomeadamente, São Tomé e Príncipe, Angola e Cabo Verde com taxas de variação positivas de 13,7%, +13,4% e +8,7%, respetivamente.

**Quadro 4** Evolução das taxas de aprovação no 2ºCEB, por nacionalidade (as mais representadas), em Portugal Continental (2011/12-2016/17)

Nacionalidades	taxas de aprovação (percentagem)					
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
Total	88,8	87,5	88,4	91,1	93,0	93,7
Portugal	89,2	87,9	88,7	91,5	93,3	94,1
Países estrangeiros	80,3	77,4	78,8	81,7	85,6	86,4
Cabo Verde	71,7	67,1	71,4	72,3	77,8	77,9
Angola	74,5	71,6	73,9	75,5	81,5	84,5
Guiné-Bissau	76,4	72,7	72,7	76,1	79,0	77,1
São Tomé e Príncipe	72,9	69,6	66,8	73,6	82,5	82,9
Moçambique	-	-	-	-	-	-
Brasil	78,0	75,5	77,2	80,7	84,7	84,3
Ucrânia	87,0	88,4	88,4	85,8	93,0	93,4
Roménia	81,0	75,5	77,6	79,1	84,3	87,4
França	91,5	87,6	87,6	92,6	93,7	95,7
Moldávia	92,4	93,9	90,0	92,4	92,3	94,1
Espanha	87,6	89,2	86,6	91,8	92,5	91,3
Reino Unido	91,9	87,2	89,2	91,2	89,6	95,0
Alemanha	91,8	91,9	91,4	91,9	92,6	94,1
Bulgária	74,2	70,0	74,2	69,8	79,7	76,4
Holanda	-	-	-	-	-	-
Suíça	93,0	-	-	-	-	-
Índia	-	-	-	-	-	-
China	83,6	84,5	86,5	89,8	72,8	95,4
Estados Unidos da América	-	-	-	-	-	-
Rússia	-	-	-	-	-	-

**Fonte:** DGEEC/ME (apuramentos pelo Observatório das Desigualdades)

A taxa de aprovação no 3ºCEB (quadro 5) apresentou também uma evolução positiva no período temporal em análise, tendo crescido +13,3%. Enquanto os alunos nacionais progrediram nesta medida (+13,4%) os alunos estrangeiros progrediram apenas +7,3%.

Como referido anteriormente, as taxas de aprovação são menores neste ciclo do ensino básico e esta diminuição é menor no caso dos alunos nacionais do que no conjunto dos alunos com nacionalidade estrangeira: em 2016/17, entre as taxas de aprovação no 1ºCEB e no 3ºCEB, a clivagem era de 5,5 p.p. no caso dos alunos nacionais e de 12,0 p.p. no caso dos alunos estrangeiros. Evidencia-se, ainda, que a distância entre os dois grupos de alunos se manteve entre 2011/12 e 2016/17 – 9,7 p.p. para 10,3 p.p..

Observa-se que a taxa de aprovação dos alunos com nacionalidade estrangeira sofreu uma diminuição no ano letivo de 2012/13, refletida em todas as nacionalidades em análise, à exceção da guineense, romena e suíça. Note-se que nos dois anos letivos seguintes as nacionalidades estrangeiras voltaram a registar uma melhoria do desempenho escolar, porém, em 2016/17 em metade dos países ocorreu uma nova redução das taxas de aprovação, nomeadamente, a cabo-verdiana, a guineense, a alemã, a holandesa e a russa.

Dentro do universo das nacionalidades estrangeiras, constata-se que, no período em análise, as que obtiveram melhores resultados foram, tendencialmente, a suíça, a americana e a russa e, inversamente, com piores taxas de aprovação foram a indiana, a cabo-verdiana e a guineense. Complementarmente, a nacionalidade com a variação percentual mais acentuada e, portanto, com uma maior melhoria do seu desempenho escolar no período em análise, foram as nacionalidades indiana e a chinesa, respetivamente, +30,6% e +21,0%, semelhante à tendência verificada no conjunto do ensino básico. Estas registaram taxas de aprovação no valor de 67,2% e 90,3%, no último ano letivo.

**Quadro 5** Evolução das taxas de aprovação no 3ºCEB, por nacionalidade (as mais representadas), em Portugal Continental (2011/12-2016/17)

Nacionalidades	taxas de aprovação (percentagem)					
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
Total	80,1	84,1	84,7	87,3	89,8	90,8
Portugal	85,1	84,6	85,1	87,7	90,2	91,2
Países estrangeiros	75,4	74,5	75,1	78,0	80,8	80,9
Cabo Verde	66,7	65,4	66,2	69,6	74,3	72,9
Angola	72,6	69,2	69,6	73,6	76,4	78,2
Ucrânia	84,1	82,3	83,3	83,3	84,8	87,7
Guiné-Bissau	66,7	68,7	66,4	70,7	77,1	73,1
São Tomé e Príncipe	69,9	69,6	70,6	71,4	77,1	77,5
Moçambique	75,5	75,7	78,2	83,5	78,2	80,0
Brasil	72,2	73,6	72,7	77,1	77,8	78,3
Roménia	78,1	79,3	79,6	80,9	87,2	84,8
França	87,0	82,6	87,4	89,3	89,9	91,4
Moldávia	87,5	86,5	87,5	89,8	90,2	91,6
Espanha	90,6	78,7	85,1	86,1	89,8	93,7
Reino Unido	83,3	83,1	81,7	84,2	88,2	91,6
Alemanha	86,9	84,2	86,7	88,1	90,0	89,2
Bulgária	75,3	74,1	73,0	76,5	76,9	79,5
Holanda	88,2	82,6	92,4	87,3	89,4	89,2
Suíça	87,7	88,0	88,3	88,8	96,6	92,2
Índia	51,5	45,7	-	-	60,6	67,2
China	74,6	72,4	75,0	83,4	86,6	90,3
Estados Unidos da América	88,1	89,3	-	-	-	93,1
Rússia	85,0	88,1	93,0	83,3	92,5	91,4

Fonte: DGEEC/ME (apuramentos pelo Observatório das Desigualdades)

## Ensino Secundário

No que diz respeito à **taxa de aprovação no ensino secundário**, esta registou uma variação positiva de +6,0%. Enquanto os alunos nacionais acompanharam esta tendência geral, os alunos estrangeiros registaram uma taxa de variação negativa de -1,0%. Enquanto a taxa de aprovação dos alunos nacionais registou uma evolução positiva contínua, os alunos estrangeiros apresentaram uma diminuição nos anos de 2015/16 e 2016/17, decrescendo cerca de 2 p.p. nestes anos. Como resultado, a distância percentual entre os alunos nacionais e estrangeiros aumentou, correspondendo a 8,1 p.p. em 2011/12 e a 13,5 p.p. em 2016/17, a qual é superior à clivagem percentual observada no 3ºCEB (10,3 p.p.), neste mesmo ano letivo.

**Quadro 6** Evolução das taxas de aprovação no **ensino secundário** por nacionalidade (as mais representadas), em Portugal Continental (2011/12 – 2016/17)

Nacionalidades	taxas de aprovação (percentagem)					
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
Total	80,3	81,3	81,8	83,6	84,5	85,0
Portugal	80,8	81,7	82,2	84,0	85,0	85,5
Países estrangeiros	72,7	73,5	73,8	74,5	74,1	72,0
Cabo Verde	75,1	71,0	68,1	68,0	67,3	68,8
Angola	65,0	64,5	67,5	70,0	67,7	63,8
Guiné-Bissau	62,2	64,8	68,7	66,0	70,7	62,3
São Tomé e Príncipe	83,5	82,5	81,0	81,2	79,1	74,8
Moçambique	93,6	82,3	70,4	80,8	74,6	76,5
Brasil	64,5	70,5	72,0	72,7	70,4	69,1
Ucrânia	75,1	76,4	78,5	77,2	78,1	77,3
Roménia	74,6	78,3	76,5	78,1	81,7	79,4
França	81,8	79,0	84,9	88,4	87,1	87,4
Moldávia	73,7	75,0	76,1	76,7	79,1	76,4
Espanha	81,8	80,2	83,6	84,8	89,2	90,1
Reino Unido	76,6	80,7	81,7	81,5	82,7	80,8
Alemanha	82,7	82,5	79,7	81,5	87,2	88,0
Holanda	95,3	-	-	-	-	84,2
Suiça	78,9	82,5	79,7	82,2	81,0	84,1
Bulgária	-	-	-	-	-	-
Índia	-	-	-	-	-	-
China	70,7	71,8	77,2	73,4	77,0	77,0
Estados Unidos da América	95,3	-	-	-	-	-
Rússia	92,9	78,6	76,7	78,1	82,1	76,9

**Fonte:** DGEEC/ME (apuramentos pelo Observatório das Desigualdades)

Observando, complementarmente, as taxas de aprovação dos alunos de nacionalidades estrangeira e portuguesa no ensinos básico e no ensino secundário e a sua evolução entre 2011/12 e 2016/2017, evidencia-se que: (i) os alunos nacionais e estrangeiros apresentaram taxas de aprovação mais elevadas no ensino básico do que no ensino secundário, o que seria expectável pelo facto do desempenho escolar piorar quanto mais elevado é o nível de ensino; (ii) a discrepância entre as taxas de aprovação no ensino básico e no ensino secundário é muito mais acentuada no caso dos alunos estrangeiros do que nos alunos nacionais. Em 2016/17 a diferença era de 14,8 p.p. face aos 8,9 p.p. dos seus pares nacionais, a qual se manteve ao longo do período em análise no caso dos alunos nacionais, mas piorou no caso dos alunos estrangeiros em 2011/12, respetivamente, 8 p.p. e 9 p.p..

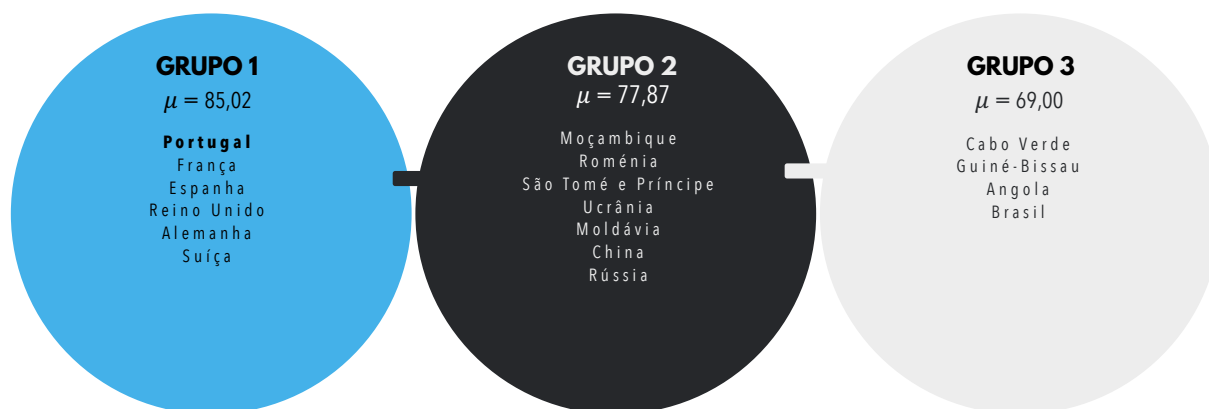
Detalhando o desempenho escolar das nacionalidades estrangeiras no ensino secundário, observa-se que as únicas nacionalidades cujos alunos demonstraram um desempenho escolar tendencialmente superior ao dos alunos nacionais foram a francesa, a alemã e a espanhola. Estes são também os países que estão incluídos no primeiro *cluster*, o qual corresponde aos países com um desempenho escolar mais elevado, considerando a média das taxas de aprovação nos últimos três anos letivos (com uma  $\mu = 85,02$ ). Os alunos de nacionalidades inglesa e suíça também integram este grupo, apesar de apresentarem taxas de aprovação inferiores à dos pares nacionais. Em contraponto, os alunos com nacionalidades cabo-verdiana, guineense, angolana e brasileira foram aqueles que tiveram um pior desempenho escolar durante o período temporal em análise, razão pela qual integram o terceiro *cluster* ( $\mu = 69,00$ ). Com média de taxas de aprovação intermédias (segundo *cluster*) temos os alunos com nacionalidade moçambicana, santomense, romena, ucraniana, moldava, russa e chinesa ( $\mu = 77,87$ ).

As nacionalidades que registaram uma variação negativa da sua taxa de aprovação, entre 2011/12 e 2016/17, e, por sua vez, taxas de aprovação mais distantes da dos alunos nacionais, foram a cabo-verdiana (-8,4%), a santomense (-10,4%), a holandesa (-11,7%), a russa (-17,2%) e a moçambicana (-18,3%). Os alunos de nacionalidade guineense e angolana registaram o pior desempenho escolar em 2016/17, contrariando a posição que estes últimos alunos apresentavam nos ciclos anteriores, no conjunto das nacionalidades dos PALOP.

No *cluster* 3 destacam-se os alunos de nacionalidade brasileira, com uma taxa de variação positiva (+7,1%) entre os anos 2011/12 e 2016/17, passando de 64,5% para 69,1%.

Em suma, comparando o desempenho escolar das nacionalidades estrangeiras no ensino básico e secundário, constata-se existir neste último nível de ensino uma diminuição das nacionalidades que se aproximam ou superam as taxas de aprovação dos alunos nacionais e um concomitante aumento dos países que integram grupos com menor desempenho escolar (*clusters* 2 e 3).

**Figura 2.** Nacionalidades em *clusters* de acordo com a média das taxas de aprovação nos anos letivos 2014/15, 2015/16 e 2016/17 no ensino secundário, em Portugal Continental.



### Taxas de aprovação por modalidades de ensino<sup>7</sup>

A avaliação do desempenho escolar por meio das taxas de aprovação pode ocultar fenómenos de “exclusão relativa” (Dubet, 1996: 501 em Seabra, 2009: 79), associados aos processos de orientação escolar para a frequência das diferentes fileiras associadas, como evidenciado particularmente por Seabra et al. (2018: 6) e Portes (1976: 430). Assim, na avaliação da *(des)igualdade de oportunidades* proporcionada pelo sistema de ensino torna-se importante considerar a distribuição pelas fileiras de ensino dos alunos das várias nacionalidades (hiperligação para o estudo e para os gráficos com esta informação), conjugando-a com as taxas de aprovação em cada uma das modalidades de ensino oferecidas.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> As modalidades de ensino foram agrupadas em vias regulares - que incluem o Ensino Regular e o Ensino Artístico Especializado – e vias não-regulares – que integram, de acordo com os ciclos de aprendizagem, os Percursos Curriculares Alternativos (PCA), os Cursos Vocacionais, os Cursos Profissionais e os Cursos de Educação e Formação (CEF). Para mais informações deverá consultar o *excel* e o glossário do Observatório das Desigualdades.

<sup>8</sup> Não se procederá à discriminação por ciclos, pois, as tendências nas vias regulares são semelhantes às taxas de aprovação gerais, a maioria dos alunos está matriculado em vias regulares (cerca de 97,5% em 2016/17). No caso das vias não-regulares também não se procederá à diferenciação por ciclos por duas ordens de razão. Primeiramente, o contingente dos alunos a frequentar o ensino não-regular é bastante residual, não ultrapassam os 100 alunos no 1º CEB e no 2º CEB, não permitindo a comparação entre nacionalidades ou mesmo a análise da evolução, visto existirem anos em que as nacionalidades não apresentam alunos a frequentar as vias não-regulares. Evidencia-se que apenas os alunos de nacionalidade portuguesa ultrapassam os 100 alunos nas vias não-regulares. Segunda, analisar as taxas de aprovação nas

O Quadro 8 exhibe a evolução das **taxas de aprovação dos alunos no 3ºCEB por modalidade de ensino** e nacionalidade (as mais representadas), em Portugal Continental. Considerados todos os alunos matriculados no continente, observa-se que a distância entre as taxas de aprovação nas vias regulares e não-regulares do 3ºCEB aumentou consideravelmente: era de 2,1 p.p. no início e de 13,6 p.p. no final do período em análise. Este afastamento entre os resultados nas diferentes modalidades de ensino resulta da divergência ocorrida no período temporal: enquanto melhoraram as taxas de aprovação no regular (+8,1%) agravaram-se nas vias não-regulares (-5,5%). Nestas vias, as taxas oscilaram ao longo do tempo: entre 2013/14 e 2015/16 observa-se uma melhoria do desempenho escolar, alcançando taxas de aprovação na ordem dos 80%, decrescendo no último ano letivo em análise.

Comparando as taxas de aprovação dos alunos nacionais e dos estrangeiros constata-se que: (i) os resultados são tendencialmente melhores no ensino regular no caso dos alunos nacionais, ocorrendo o inverso no caso dos que têm nacionalidade estrangeira (com exceção do ano letivo de 2016/17); (ii) a diferença de resultados entre os grupos é menor no ensino não-regular do que ensino regular, evidenciando que este último é socialmente mais seletivo, reduzindo a igualdade de oportunidades entre os dois grupos; (iii) a diferença entre as taxas de aprovação dos alunos nacionais e estrangeiros manteve-se quase inalterada ao longo do tempo, ainda que nas vias não-regulares tenha decrescido 2,3 p.p em 2011/12 e 0,8 p.p. em 2016/17, registando a mesma taxa de aprovação no ano letivo 2014/15.

Discriminando as nacionalidades em presença,<sup>9</sup> observa-se que, excetuando a nacionalidade brasileira, todas as nacionalidades registaram um agravamento do seu desempenho escolar.

Vale a pena frisar que as únicas nacionalidades que exibem pelo menos 100 matriculados nas vias não-regulares são as nacionalidades dos PALOP e a brasileira e, portanto, estas são as únicas para as quais faz sentido calcular as taxas de aprovação. As restantes nacionalidades, à exceção da romena, apresentaram menos de 50 matriculados nas vias não-regulares. Esta expressão dos alunos de nacionalidades dos PALOP nestas vias profissionalizantes é um indicador do sobre encaminhamento de que são alvo, como enfatizado e melhor esclarecido no estudo (hiperligação). Nesta análise, destaca-se que: (i) os resultados foram oscilando ao longo do tempo, com agravamento expressivo nos anos letivos de 2013/14 e de 2016/17; (ii) os alunos de nacionalidade angolana e santomense tendem a igualar ou superar os resultados obtidos pelos nacionais enquanto os de cabo-verdiana tendem a ter os piores resultados; (iii) do início ao final

---

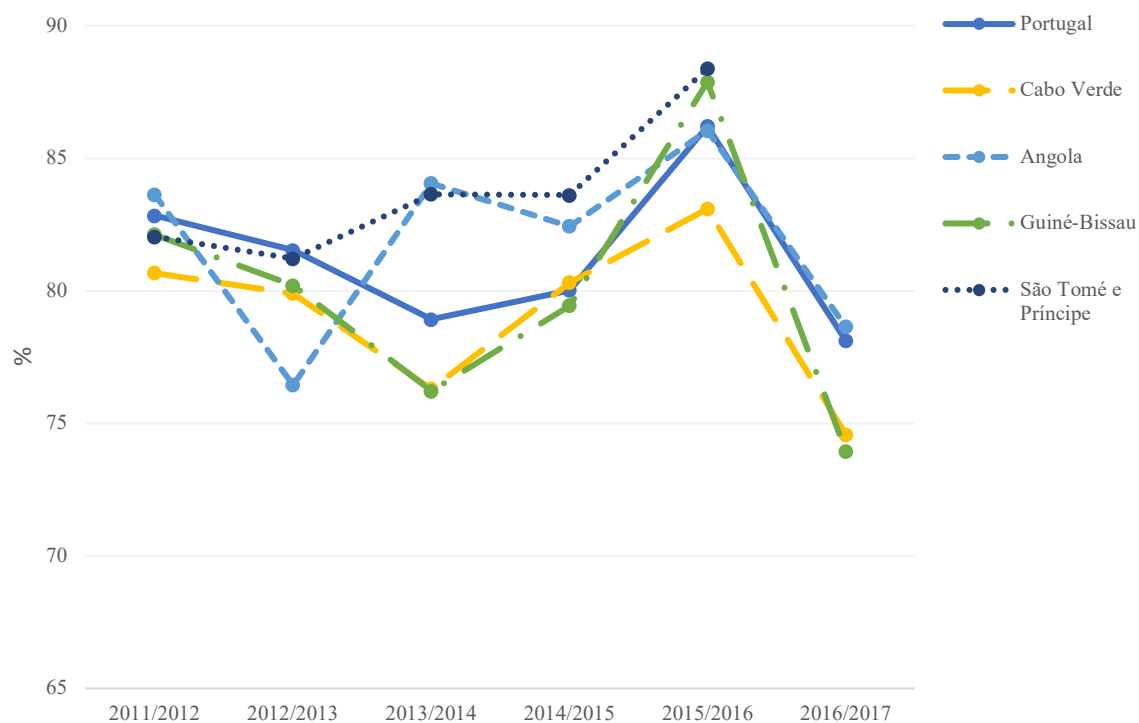
vias não-regulares (quadro 8) no ensino básico não é adequado porque estas são enviesadas pelos números registados nas vias não-regulares no 3ºCEB, visto que este é o único ciclo com uma proporção expressiva de alunos na modalidade ensino não-regular.

<sup>9</sup> Neste ciclo, importa observar apenas os resultados no ensino não-regular visto que a maioria dos estudantes frequenta as vias regulares de ensino (cerca de 92% em 2016/17) e, assim, as tendências no ensino regular são muito semelhantes às registadas no 3ºCEB no seu todo.



do ano letivo em análise, ocorrem os seguintes decréscimos percentuais entre 2015/16 e 2016/17 - Cabo Verde (-6,1 p.p.), Angola (-5,0 p.p.), Guiné-Bissau (-8,2 p.p.) e Portugal (-4,7 p.p.), registando-se taxas de aprovação inferiores a 80% (ver Gráfico 1).

**Gráfico 1** Evolução das taxas de aprovação no ensino não-regular do 3ºCEB dos alunos de nacionalidades dos PALOP e portuguesa, em Portugal Continental (2011/12 – 2016/17)



**Fonte:** DGEEC/ME (apuramentos pelo Observatório das Desigualdades)

**Quadro 8** Evolução das taxas de aprovação dos alunos matriculados no **3CEB por modalidades de ensino e nacionalidades** (as mais representadas), em Portugal Continental (2011/12 – 2016/17)

Nacionalidades	taxas de aprovação											
	2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015		2015/2016		2016/2017	
	regular	não-regular	regular	não-regular	regular	não-regular	regular	não-regular	regular	não-regular	regular	não-regular
Total	84,8	82,6	84,4	81,4	85,1	78,8	88,0	80,0	90,2	86,0	91,7	78,1
Portugal	85,3	82,8	84,9	81,5	85,6	78,9	88,4	80,0	90,6	86,2	92,1	78,1
Países Estrangeiros	74,5	80,5	73,6	80,1	74,7	77,4	77,7	80,0	80,3	83,4	81,3	77,3
Cabo Verde	61,5	80,7	60,5	79,9	62,9	76,3	66,0	80,3	71,2	83,1	72,5	74,6
Angola	70,6	83,6	67,9	76,4	67,1	84,0	72,0	82,4	74,8	86,0	78,1	78,6
Guiné-Bissau	63,1	82,1	66,1	80,2	64,0	76,2	68,5	79,4	74,4	87,9	72,9	73,9
São Tomé e Príncipe	66,6	82,0	65,7	81,2	65,9	83,6	67,7	83,6	73,8	88,4	74,4	-
Moçambique	73,2	-	73,4	-	78,3	-	-	-	-	-	79,1	-
Brasil	71,5	75,6	72,4	81,2	71,9	78,1	76,9	79,6	77,5	79,6	78,4	77,2
Ucrânia	84,1	-	82,3	-	83,7	-	83,2	-	85,1	-	87,7	-
Roménia	78,1	-	79,4	-	80,3	-	81,3	78,3	88,5	89,1	85,5	-
França	87,0	-	83,0	-	88,1	-	90,2	-	89,5	-	92,4	-
Moldávia	87,2	-	86,4	-	88,0	-	89,8	-	90,6	-	91,7	-
Espanha	91,1	-	78,7	-	85,9	-	88,7	-	90,3	-	94,6	-
Reino Unido	83,4	-	82,6	-	83,0	-	84,3	-	88,1	-	91,8	-
Alemanha	86,5	-	84,0	-	87,1	-	88,2	-	89,9	-	90,0	-
Bulgária	74,2	-	71,1	-	74,8	-	79,0	-	-	-	82,4	-
Holanda	88,9	-	83,9	-	92,4	-	87,8	-	90,4	-	91,2	-
Suíça	88,0	-	88,0	-	88,1	-	89,1	-	96,4	-	-	-
Índia	-	-	44,6	-	-	-	-	-	58,3	-	67,3	-
China	74,3	-	73,0	-	75,7	-	83,8	-	86,7	-	90,2	-
Estados Unidos da América	88,7	-	89,9	-	-	-	-	-	-	-	93,0	-
Rússia	86,9	-	88,9	-	93,2	-	-	-	-	-	91,1	-

**Fonte:** DGEEC/ME (apuramentos pelo Observatório das Desigualdades)

O Quadro 9 refere-se à evolução das **taxas de aprovação dos alunos no ensino secundário por modalidade de ensino** e nacionalidade (as mais representadas), em Portugal Continental. Para o conjunto dos alunos, observa-se que no **ensino regular** a taxa de aprovação subiu entre 2011/12 e 2016/17, registando uma variação percentual de +5,7%. Os alunos de nacionalidades estrangeira e portuguesa acompanharam esta tendência, com taxas evolução de +3,0% e +5,7%, respetivamente. A evolução também não seguiu a mesma tendência nos dois grupos de alunos: os nacionais tiveram uma melhoria progressiva nos resultados enquanto os estrangeiros melhoraram entre 2011/12 e 2014/15, seguido de um agravamento nos anos letivos posteriores. Complementarmente, a distância entre as taxas de aprovação dos alunos nacionais e estrangeiros é ainda mais acentuada do que no 3ºCEB, correspondendo a 19,2 p.p. no ano de 2016/17. Apesar desta distância ter diminuído até 2014/15, alcançando os 13,9 p.p., rapidamente voltou a aumentar (era de 16,6 p.p. em 2011/12).

No **ensino não-regular** as tendências são semelhantes: (i) constata-se uma evolução progressiva no sentido positivo da taxa de aprovação, com uma taxa de variação de +5,9% dentro do período temporal considerado, acompanhada pelos alunos nacionais, os quais registaram a mesma variação percentual, e os alunos estrangeiros com uma taxa de variação menor (+1,8%). Ambas as nacionalidades apresentaram um decréscimo nas taxas de aprovação no ano de 2012/13; (ii) como sucedia no 3ºCEB, a distância entre as taxas de aprovação das duas nacionalidades no ensino não-regular é muito mais reduzida do que no ensino regular, correspondendo a apenas 6,8 p.p. em 2016/17. Ainda assim, esta distância tem aumentado, no ano de 2011/12 era apenas de 3,3 p.p.; (iii) as taxas de aprovação nas vias não-regulares são superiores às taxas de aprovação nas vias regulares; (iv) os alunos nacionais apresentam continuamente um desempenho escolar superior ao conjunto dos alunos estrangeiros. (consultar o indicador x para visualizar a evolução em gráfico – colocar uma nota associada).

Detalhando o **ensino regular**,<sup>10</sup> observa-se que no ano letivo de 2016/17 as únicas nacionalidades com taxas de aprovação superiores à dos alunos nacionais eram a francesa (88,6%), a espanhola (89,7%) e a alemã (87,4%). Inversamente, os alunos de nacionalidades dos PALOP foram os que registaram as taxas de aprovação mais baixas, como tendencialmente verificado no 3ºCEB, tendo sido as únicas a registar variações percentuais negativas entre 2011/12 e 2016/17. Detalhadamente as taxas de variação foram as seguintes: Cabo Verde (-7,3%), Angola (-4,9%) e São Tomé e Príncipe (-11,7%), com as taxas de aprovação em 2016/17 - 45,2%; 54,6% e 50,3%. Os alunos guineenses, apesar apresentarem uma taxa de variação positiva (+0,7%), esta é quase nula e a sua taxa de aprovação no ensino regular continua a registar valores muito reduzidos - (45,5%).

---

<sup>10</sup> Neste caso, importa considerar as taxas de aprovação nas vias regulares pelo facto de não existir sobreposição com os resultados no ensino secundário no seu todo, dado frequentarem o ensino não regular cerca de 36% dos alunos (ver estudo Cândido e Seabra, 2019).

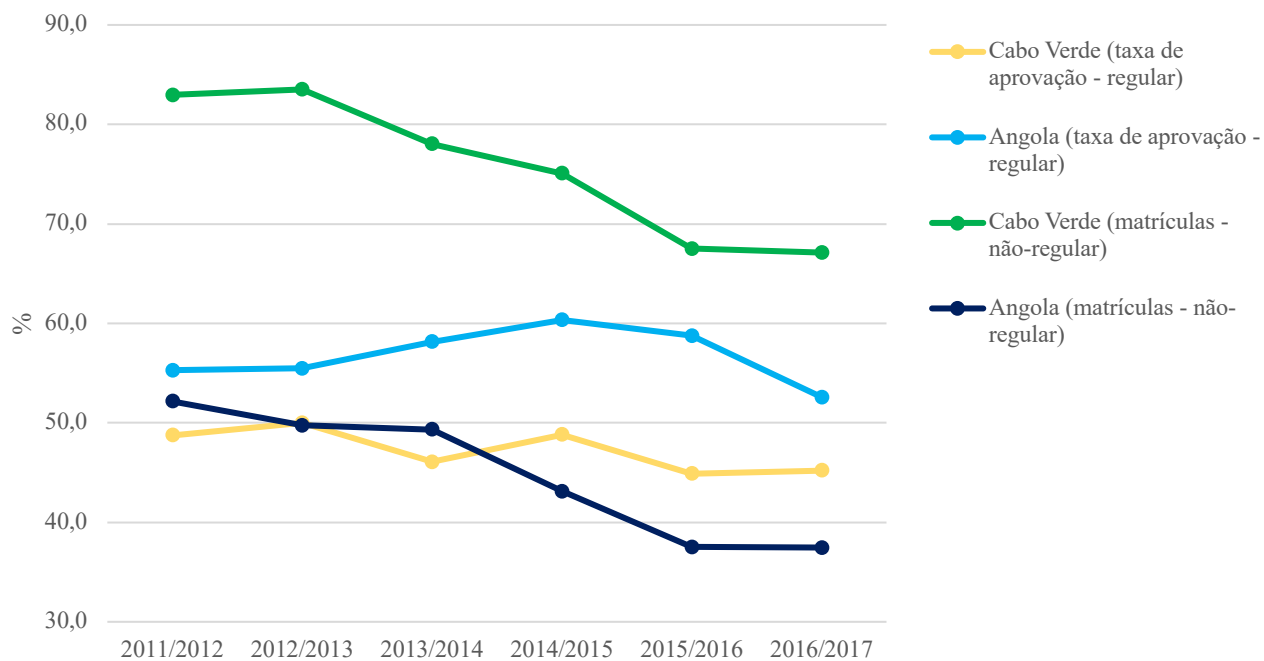
Note-se que as taxas de aprovação dos alunos de nacionalidades dos PALOP no ensino secundário são significativamente inferiores às registadas nos restantes níveis de escolaridade. Em 2016/17, mais de metade dos alunos destas nacionalidades, matriculados nesta modalidade de ensino no ensino secundário, não transitou de ano e a distância entre as suas taxas de aprovação e os de nacionalidade portuguesa atingiu 33,9 p.p.. Neste quadro, constata-se que não só os alunos de nacionalidades dos PALOP são mais encaminhados para as vias não-regulares (Cândido e Seabra, 2019), como se poderá estar perante uma expressiva desigualdade de oportunidades, dado o desnivelamento em termos de desempenho escolar ser bastante acentuado.

No que concerne às taxas de aprovação no **ensino não-regular**, verifica-se que os alunos nacionais apresentaram melhor desempenho escolar em todos os anos letivos em análise. Discriminando as nacionalidades estrangeiras, a que apresentou, em 2016/17, a taxa de aprovação mais distante da dos alunos nacionais foi a guineense, com uma diferença de 17 p.p.. No conjunto dos anos em análise, os alunos de algumas nacionalidades obtiveram resultados que superaram os dos colegas nacionais: santomenses (3 anos letivos); franceses, ucranianos e suíços (2 anos letivos).

As nacionalidades que tiveram taxas de variação negativas entre 2011/12 e 2016/17 foram a santomense (-6,8%), a guineense (-4,5%) e a cabo-verdiana, de modo muito residual (-0,2%). Com taxas de variação positivas, encontramos os alunos nacionais de Angola (+11,6%), Brasil (+7,3%), Moldávia (+4,1%), Ucrânia (+2,3%) e Roménia (+1,7%). Tal como acontecia no 3<sup>o</sup>CEB, a distância entre as taxas de aprovação dos diferentes grupos de alunos é menor nas vias não-regulares.

É interessante o cruzamento destes dados com a informação relativa às matrículas por modalidades de ensino apresentada em Cândido e Seabra (2019). Seleccionando as duas nacionalidades que registaram as diferenças percentuais negativas mais significativas entre 2011/12 e 2016/17 face à proporção de alunos matriculados em vias não-regulares: a cabo-verdiana (-15,8 p.p.) e a angolana (-14,7 p.p.), é interessante perceber se a diminuição destes alunos nas vias não-regulares foi acompanhada por uma melhoria ou agravamento do desempenho escolar nas vias regulares, nas quais aumentou a proporção de alunos. Neste plano, e observando o gráfico 2, constata-se que: (i) no caso dos alunos cabo-verdianos, o efeito da diminuição das matrículas no ensino não-regular nem sempre se traduz no aumento das taxas de retenção no ensino regular, como evidenciado nos anos letivos de 2013/14 e 2015/16; (ii) por sua vez, os alunos de nacionalidade angolana apresentam uma situação inversa: o efeito da diminuição de matrículas no ensino não-regular reflete-se no aumento da taxa de aprovação no ensino regular até 2014/15, constatando-se uma ligeira descida da taxa de aprovação entre 2014/15 e 2016/17 – 7,8 p.p.. Posto isto, interpreta-se que, pelo menos no caso dos alunos de nacionalidade angolana, a existência de uma proporção cada vez maior de alunos nas vias regulares se reflete numa melhoria dos seus resultados até pelo menos 2014/15.

**Gráfico 2** Matrículas (no ensino não-regular) e Taxas de aprovação (no ensino regular) dos alunos nacionais de Cabo Verde e Angola, em Portugal Continental (2011/12 – 2016/17)



**Fonte:** DGEEC/ME (apuramentos pelo Observatório das Desigualdades)

**Quadro 9** Evolução das taxas de aprovação dos alunos matriculados no **ensino secundário por modalidades de ensino e por nacionalidades** (as mais representadas), em Portugal Continental (2011/12 – 2016/17).

Nacionalidades	taxas de aprovação											
	2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015		2015/2016		2016/2017	
	regular	não-regular	regular	não-regular	regular	não-regular	regular	não-regular	regular	não-regular	regular	não-regular
Total	78,4	83,8	78,7	85,8	79,4	86,0	82,0	86,5	82,4	88,3	82,9	88,8
Portugal	79,1	84,1	79,2	86,4	79,9	86,4	82,5	86,8	83,0	88,6	83,6	89,1
Países estrangeiros	62,5	80,8	65,1	80,0	66,0	80,9	68,6	81,1	66,8	83,1	64,3	82,3
Cabo Verde	48,8	80,5	50,0	75,2	46,1	74,2	48,8	74,4	44,9	78,2	45,2	80,3
Angola	55,3	73,9	55,5	73,6	58,2	77,2	60,3	82,8	58,8	88,1	52,6	82,5
Guiné-Bissau	45,1	75,6	42,9	77,7	44,8	83,4	45,6	79,7	45,8	84,3	45,5	72,1
São Tomé e Príncipe	57,0	87,6	50,0	87,1	47,8	87,3	59,4	85,7	55,6	84,7	50,3	81,6
Moçambique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90,5	-	-
Brasil	53,7	77,4	60,4	81,4	61,6	81,7	65,3	80,5	61,5	81,8	59,4	83,1
Ucrânia	68,5	85,7	71,7	84,1	74,6	85,2	72,8	85,2	58,8	80,0	69,1	87,7
Roménia	69,7	81,2	74,3	83,6	71,7	82,7	75,2	82,4	79,5	84,5	76,6	82,6
França	82,0	81,5	77,2	83,1	85,4	83,8	88,1	89,2	86,6	88,5	88,6	-
Moldávia	69,7	81,0	71,6	80,7	70,3	85,9	72,5	83,6	76,6	83,3	72,3	84,3
Espanha	81,3	-	79,4	-	84,3	-	86,0	-	88,8	-	89,7	-
Reino Unido	77,0	-	80,2	-	81,9	-	88,8	-	83,1	-	77,6	-
Alemanha	80,0	-	81,2	-	79,7	-	81,7	-	87,7	-	87,4	-
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Holanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suíça	78,5	79,6	80,0	87,6	75,1	88,0	81,8	-	76,8	-	-	-
Índia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
China	68,5	-	68,2	-	74,9	-	71,5	-	75,6	-	76,3	-
Estados Unidos da América	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rússia	60,7	-	77,8	-	72,8	-	76,7	-	79,8	-	-	-

**Fonte:** DGEEC/ME (apuramentos pelo Observatório das Desigualdades)

## Em conclusão

Analisadas as taxas de aprovação no período entre 2011/2012 e 2016/17 dos alunos de nacionalidades estrangeira e portuguesa nos ensinos básico e secundário, em Portugal Continental, verificou-se que:

- O desempenho escolar piora quanto mais elevado é o nível de ensino, embora se constate, regra geral, uma melhoria relativa do desempenho escolar em todos os níveis de ensino;
- Os alunos de nacionalidade portuguesa apresentaram taxas de aprovação superiores aos alunos de nacionalidade estrangeira em todos os níveis de escolaridade, sendo a distância percentual mais acentuada quanto mais elevado é o nível de escolaridade. Importa frisar que a clivagem percentual entre os dois grupos diminuiu ao longo do período em análise no 1º e 2º ciclos do ensino básico, manteve-se no 3ºCEB e aumentou no ensino secundário. A análise desta clivagem permitiu, ainda, apurar que a mesma sofreu um agravamento nos anos letivos em que foram implementados os exames nacionais de 4º e 6º anos, tendo sido progressivamente diluída nos anos letivos mais recentes;
- Quando apuradas as taxas de aprovação por modalidades de ensino, a distância percentual entre as taxas de aprovação dos alunos de nacionalidade portuguesa e de nacionalidade estrangeira, no caso do no 3ºCEB, diminuiu no ensino não-regular e aumenta significativamente no ensino regular, e no ensino secundário a clivagem entre os dois grupos aumenta em ambas as modalidades de ensino;
- No que diz respeito ao universo da nacionalidade estrangeira, constata-se que algumas nacionalidades ultrapassam, pontualmente, as taxas de aprovação dos seus pares nacionais, como é o caso dos alunos nacionais da Suíça, da França, da Espanha, dos EUA e da Rússia e, inversamente, outras registam, tendencialmente, taxas de aprovação inferiores, como é o caso dos alunos com nacionalidades dos PALOP, da Bulgária, da Roménia e da Índia (estes últimos obtiveram as taxas de aprovação mais baixas, nos ciclos em que foram apuradas);
- Quando analisadas as taxas de aprovação por modalidades de ensino, os alunos nacionais dos PALOP, que tendem a ser mais encaminhados para as vias não-regulars, obtêm melhores taxas de aprovação nesta modalidade de ensino e apresentam clivagens percentuais menores face aos seus pares nacionais.

Retomando os objetivos de partida, no que concerne à avaliação do estado da (des)igualdade de oportunidades oferecida pelo sistema de ensino português no que se refere aos alunos estrangeiros, pode concluir-se que, no período considerado na análise, recolhemos indícios que vão em sentido inverso: a igualdade de oportunidades aumentou na medida em que a proporção de alunos de algumas nacionalidades estrangeiras encaminhados para vias não regulares de ensino se aproximou da dos alunos com nacionalidade portuguesa, mas, diminuiu, ao ter-se ampliado, no nível mais elevado do sistema de ensino (secundário) a diferença nos resultados entre os dois grupos de alunos.

## Referências bibliográficas

- Cândido, Ana Filipa e Teresa Seabra (2019), “Os alunos de nacionalidade estrangeira no sistema educativo português: matrículas e modalidades de ensino”, Observatório das Desigualdades, ISCTE-IUL. CIES-IUL.
- Seabra, Teresa, Sandra Mateus, Ana Raquel Matias e Cristina Roldão (2018), “Imigração e escolaridade: Trajetos e condições de integração”, em Renato Miguel do Carmo et al. (orgs.), *Desigualdades Sociais: Portugal e Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp.301-314.
- Seabra, Teresa (2010), *Adaptação e Adversidade: O desempenho escolar dos alunos de origem indiana e cabo-verdiana no ensino básico*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.